

Brasil no meio de um lance decisivo

Com o câmbio livre, nunca a economia esteve tão aberta como neste final de século quando o País se prepara para comemorar 500 anos

Luiz Antonio Maciel*
de São Paulo

Nunca, desde a Independência, o Brasil viveu um período de abertura econômica como nestes anos de final de século, quando se prepara para comemorar 500 anos. A última resistência foi quebrada no dia 18 de janeiro, quando o governo, sob pressão desse ente misterioso e implacável chamado mercado, admitiu a livre flutuação do câmbio, numa tentativa de controlar a saída de divisas.

Se a ousadia será definitiva ou temporária é o que se verá dentro de alguns dias, semanas ou meses. Tudo depende dos próximos lances de um jogo interativo da era da Internet chamado globalização, iniciado a partir dos dados lançados pelo Consenso de Washington. Alguns jogadores, como os ousados tigres asiáticos e o ex-urso soviético chamado Rússia, foram momentaneamente afastados do tabuleiro. Agora chegou o momento do lance decisivo do Brasil. Ele pode continuar no jogo, mas enfraquecido, ou quebrar a banca e ficar fora por uns tempos, passando a vez para outros jogadores como os parceiros do Mercosul, ou a China, e pondo em risco até o líder da disputa, os Estados Unidos.

A palavra-chave desse jogo é abertura. Significa a exposição das fronteiras econômicas nacionais às demais economias do mundo. É certo que, como no pôquer, há o recurso do blefe. Os jogadores mais hábeis defendem a abertura, fingem que estão de portos abertos ao livre fluxo de mercadorias e capitais, mas na verdade adotam medidas protecionistas, em defesa de seus mercados e suas moedas. Na verdade, só acredita quem quer.

Com os avanços técnicos e científicos registrados após a Segunda Guerra Mundial, o processo de internacionalização das economias foi crescendo, até atingir, atualmente, um estágio sem precedentes na história da humanidade. Sob o símbolo da globalização, o que ocorre hoje no mundo é um processo de acumulação e concentração de capitais jamais registrado antes.

Até 1945, o comércio internacional era verticalizado, caracterizando-se pela compra de matérias-primas e venda de produtos manufaturados ou industrializados. Hoje, 70% desse comércio é intra-industrial e envolve principalmente mercadorias industrializadas. E uma das características do processo de globalização é que um terço desse comércio é realizado entre matriz e filiais de empresas transnacionais e outro terço se registra entre essas empresas e outras, não transnacionais. Apenas um terço do comércio é feito à moda antiga, segundo dados da Unctad, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. Outra característica é a mobilidade dos capitais financeiros. Em segundos, mediante alguns comandos digitados num computador, eles são transferidos de um lado para outro do planeta. Diariamente, alguns trilhões de dólares são movimentados eletronicamente.

No Brasil, em 1944, ano da criação do FMI – Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, a participação de capital estrangeiro na indústria brasileira era limitada a poucas fábricas, e as exportações de manufaturados por empresas estrangeiras era praticamente nula. Ao longo de 40 anos, a participação estrangeira aumentou. Até o início do processo de privatização, numa relação das 500 maiores empresas do País, as estrangeiras eram responsáveis por cerca de 45% do total das vendas, as nacionais por 35% e as estatais, por 20%. Após o início das privatizações, a fatia das estrangeiras aumentou, em detrimento das es-

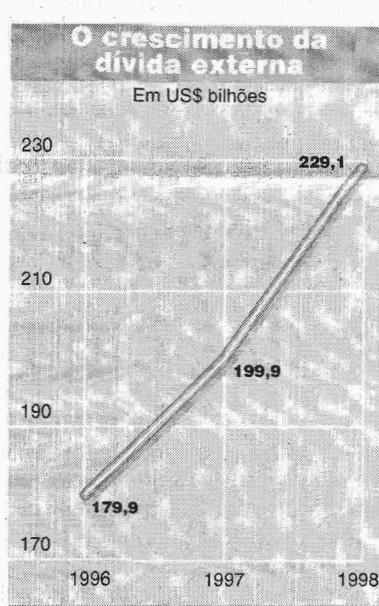
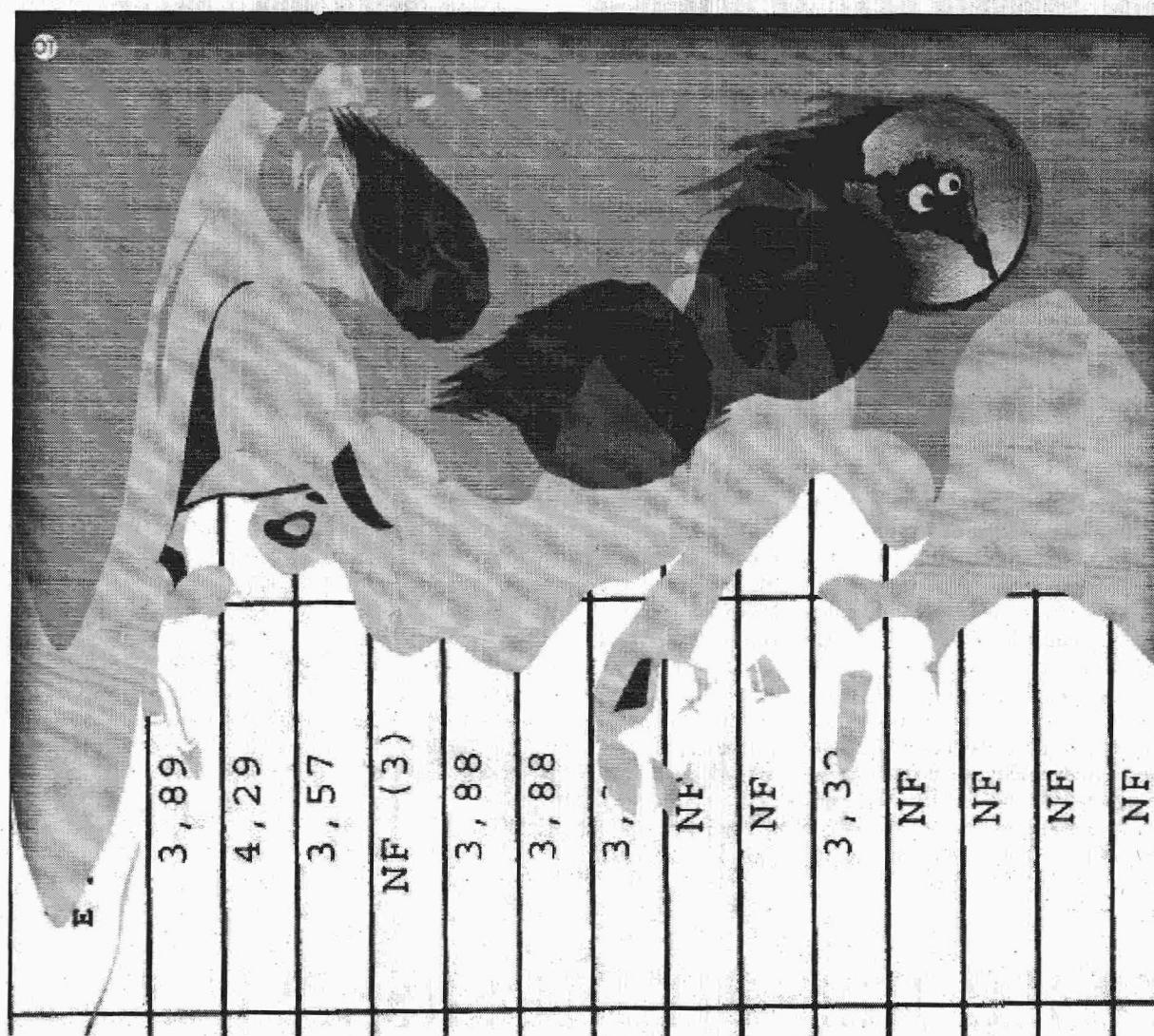
tatais e das nacionais. Nas exportações, as empresas de capital estrangeiro são responsáveis por até 40% das vendas ao exterior.

Nos anos 70, o conceito de mundialização, ou globalização, começou a se firmar por meio da indústria automobilística multinacional, ao lançar o conceito de carro mundial. Esse período coincidiu com a multiplicação de filiais de grandes empresas. No Brasil, essas empresas encontraram ambiente propício ao seu desenvolvimento na política oficial de substituição de importações. A preocupação era abastecer o mercado interno. Por isso, inicialmente, o Brasil não participou dos projetos de carros mundiais. E as multinacionais em geral não atuavam no mercado externo, ao contrário do que ocorria em outras regiões. Na época, essas empresas exportavam apenas cerca de 3% de sua produção no Brasil, contra média de 30% em outros países. Coincidindo com o interesse das multinacionais em ampliar seus mercados globais, em 1972 o governo brasileiro criou a Befix – Comissão Especial para Concessão de Benefícios Fiscais e Programa Especial de Exportação. As empresas interessadas em participar do programa se comprometiam a exportar três dólares para cada dólar importado. O Brasil começou, finalmente, a se integrar à economia mundial.

A partir daí, o volume de exportações brasileiras cresceu, e o País passou a manter saldos positivos na balança comercial. Os problemas começaram no governo Collor, com a liberação das importações e a redução de tarifas de importação. Em 1990 e 1991, o saldo da balança comercial baixou de um patamar de US\$ 16 bilhões para US\$ 16 bilhões para US\$ 10,4 bilhões, e no ano passado o déficit até outubro já era de US\$ 4 bilhões. A balança de serviços, já negativa no governo Collor, se agravou no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Passou de um déficit de US\$ 14,7 bilhões em 1994 para US\$ 27,3 bilhões em 1997 e da ordem de US\$ 30 bilhões no ano passado. Os principais problemas na balança de serviços têm sido o pagamento de juros, a crescente remessa de lucros e dividendos e os aumentos de gastos com viagens internacionais. Em consequência, o déficit nas transações correntes, que correspondia a 4,16% do PIB em 1997, passou em 1998 para 4,48%. O déficit passou de US\$ 1,6 bilhão, em 1994, para US\$ 33 bilhões em 1997 e US\$ 34,9 bilhões em 1998.

Outro problema ligado à globalização da economia é a questão da dívida externa. Ela vem crescendo continuamente. Só de janeiro a novembro de 1998, aumentou de US\$ 199,9 bilhões para US\$ 229,1 bilhões. Ao contrário do que ocorreu no passado, durante o regime militar, o principal responsável por esse crescimento é o setor privado, e não o público. Confiantes na política cambial de minibandas e lentes desvalorizações do real, empresas brasileiras e subsidiárias de multinacionais aumentaram seus níveis de endividamento em instituições financeiras estrangeiras. O ano de 1998 terminou com um total de US\$ 143,7 bilhões de dívidas do setor privado, enquanto o setor público não financeiro era responsável por US\$ 85,395 bilhões. O problema é que a curto prazo vencem dívidas de US\$ 28,613 bilhões, e o total das reservas brasileiras estaria até abaixar desse valor, num total de US\$ 27 bilhões, sem contar a parcela de US\$ 9,3 bilhões, liberada em dezembro pelo FMI, como parte do pacote de ajuda ao Brasil de US\$ 41,5 bilhões.

Se a fuga de capitais continuar, o Brasil pode atingir rapidamente o limite de US\$ 20 bilhões de reservas,



Quem deve quanto no exterior			
	(Em US\$ bilhões)		
Devedor	Compromissos de curto prazo	Compromissos de médio e longo prazos	Totais
Setor público não-financeiro	4,17	81.225	85.395
Setor privado			143.724
Em geral		119.281	
Bancos comerciais	20.420		
Outros	4.023		
Totais	28.613	200.506	229.119

Fonte: Banco Central

Na década de 80 o Brasil perdeu importância na distribuição global de investimentos, caindo do 6º para o 14º lugar na classificação de países receptores de investimentos diretos, segundo a Unctad. Isso foi resultado de problemas macroeconômicos e da política de desenvolvimento do mercado interno. Em média, entretanto, o País tem recebido uma fatia de 4% do total investido no mundo, embora participe com apenas 1% do total das exportações internacionais. Os investimentos atualmente são diferenciados. Não se limitam mais unicamente a ingressos de capital, como antes. Há várias modalidades, como transferência de participação acionária, fornecimento de tecnologia e contratos financeiros diversificados.

Uma das formas de investimentos diretos consiste na participação em

fusões e compras de empresas brasileiras, modalidade conhecida como *cross border*. De 1992 a 1997, esses tipos de transações aumentaram de 21 para 168. No primeiro semestre do ano passado, foram fechados 154 negócios, correspondendo a 71% do total de fusões ou incorporações registradas no período. A média por transação foi avaliada em US\$ 35 milhões. Ao contrário, na Bolsa de Valores de São Paulo, em 1998 houve uma fuga recorde de capitais, a maior até agora na vigência do Plano Real, de R\$ 2,621 bilhões, como reflexo da moratória russa em agosto. A participação de capitais estrangeiros na bolsa paulista no ano passado foi de 25,1%. Desde o início do Plano Real, o melhor ano foi o de 1996, que registrou o ingresso de R\$ 3,379 bilhões em capitais estrangeiros, representando 28,6% dos negócios, segundo a Bovespa.

Com base no acordo fechado em novembro de 1998 com o FMI, o governo pretende não só reduzir o déficit em transações correntes, mas ainda gerar um ajuste fiscal de R\$ 28 bilhões em 1999 (cerca de 3% do PIB), de R\$ 33 bilhões no ano 2000 (3,45% do PIB), e de R\$ 39 bilhões em 2001 (3,88% do PIB). Essa odisséia no espaço e no tempo não depende só da boa vontade e do *wishfull thinking* da atual e de outras eventuais futuras equipes econômicas. Depende muito mais da disposição dos chamados agentes econômicos, principalmente daqueles que atuam globalmente. Um deles, o mega-investidor George Soros, numa conferência em Paris, na semana passada, advertiu: "A menos que recupere a credibilidade e as taxas de juros caiam, o Brasil entrará em uma recessão muito grave".

Talvez a tempestade brasileira não seja a única que se avizinha. George Soros prevê que a próxima grande ameaça para o sistema financeiro internacional é a formação de uma bolha financeira nos países desenvolvidos, semelhante à constatada na década de 80 no Japão. Na opinião do mega-investidor, a excessiva valorização das ações nos Estados Unidos pode não estar mais relacionada com o aumento dos lucros das empresas. Quem viverá se as previsões se concretizam?

Para crédulos e incrédulos, só resta meditar a respeito das observações do escritor Luís Fernando Véritimo sobre os economistas, numa crônica recente: "Existem várias correntes de crítica econômica, todas com bons argumentos e todas provando que economia é uma espécie de matemática livre, em que o resultado de duas contas é uma questão de opinião. (...) Temos tido ótimos profissionais no governo, muitos com prestígio de superastros, o que também não acontece no resto do mundo. Mas todos com um defeito em comum. Invariavelmente, só encontram as soluções para os nossos problemas quando saem do palco e vão para a crítica". ■

*Especial para a Gazeta Mercantil